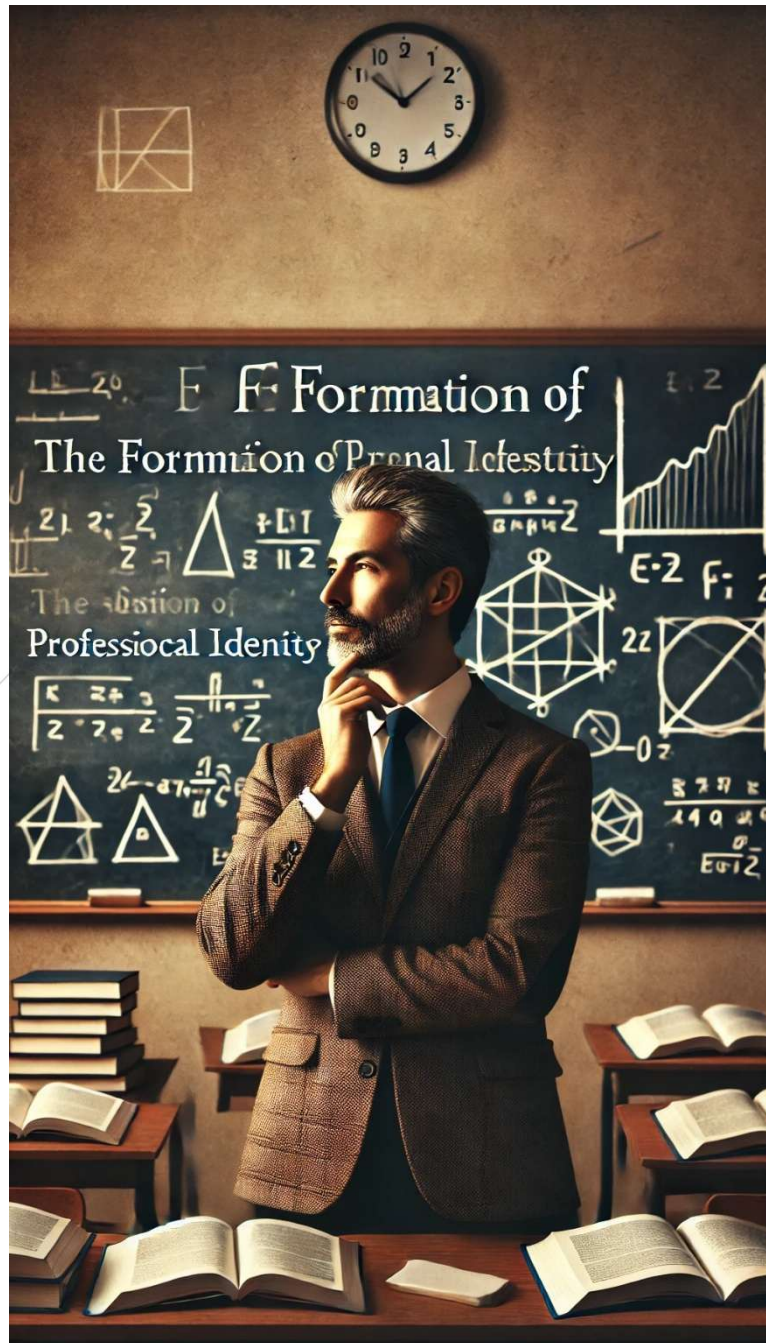


Identities and Professional Identities

(Inclusive, Identities de Professores de
Matemática)

CALVINO BRABO DE VASCONCELOS



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	O QUE É IDENTIDADE?	6
2.1.	Identidade pessoal x identidade social.....	7
3.	O QUE INFLUENCIA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE	10
3.1.	Influência da família	11
3.2.	A influência da escola	13
4.	CRISE DE IDENTIDADE	21
5.	IDENTIDADE PROFISSIONAL.....	26
5.1.	Crise da Identidade.....	37
5.1.1.	Indefinição social e profissional do professor	39
5.1.2.	Inadequação da política educacional	42
5.1.3.	As condições de trabalho	44
6.	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

Vamos acompanhar a seguinte provocação: O paradoxo do navio de Teseu. [Obs.: adaptado por Brener (2021)].

Imagine que você tenha um barco inteiro de madeira. Aí você vai lá e troca uma das tábuas por outra, de alumínio. O barco ainda é o mesmo, só que agora, tem um pedaço de alumínio. Agora vamos supor que você tenha gostado da ideia e vá substituindo toda a madeira por alumínio, parte por parte. Troca o convés, troca os mastros, troca o timão, troca o leme, etc.

Ao final dessa reforma você terá um barco de alumínio e não mais um de madeira. Ou seja, você terá outro barco. Mas quando foi que o barco de madeira deixou de ser o de madeira e virou o de alumínio? Foi na última peça que você trocou? Ou foi na primeira? Ou talvez, logo depois que você passou da metade?

Vamos além no raciocínio.

Imagine agora que alguém estava passando por ali e viu todas aquelas peças de madeira que você jogou fora e teve uma ideia: “oba, vou montar um barco de madeira!”. Xiii, e agora? Qual é o seu barco? São os dois? Sim, você jogou as madeiras fora, mas agora elas voltaram a formar um barco, igualzinho aquele original. E você, que é o capitão, e jurou afundar com seu barco se fosse preciso, vai cumprir sua promessa se o sujeito que recolheu o seu lixo e montou um barco, afundar a embarcação dele?

A cada 7 anos, todas as células do corpo humano são substituídas. Agora imagine você há 7 anos. Nesse período, todas as suas células foram substituídas (dizem) lentamente por outras novas. Hoje não existe mais nenhuma célula daquelas que formavam seu corpo, 7 anos atrás.

Você é o mesmo? Se não tem mais nada do você de 7 anos atrás, você não virou outro? E como as suas memórias não sumiram? Onde elas ficavam guardadas que não sumiram junto com as células? Pronto, pode ir para o resto do seu dia pensando nisso.

Texto disponível em:

< <https://www.omelete.com.br/marvel-cinema/wandavision-paradoxo-navio-de-teseu-entenda> >

A constituição da identidade do indivíduo é um processo complexo e, portanto, de grande interesse para a compreensão do desenvolvimento humano.

Esse processo ocorre em diferentes níveis ao longo da vida, sendo moldado por uma variedade de situações e experiências. A formação da identidade se manifesta em múltiplos planos, incluindo os âmbitos sexual, social, profissional e religioso, entre outros.

Além da constituição biológica do indivíduo, que se refere à formação do corpo humano, a noção de identidade, quando analisada sob a perspectiva psicológica, está intimamente associada a um sentimento de continuidade e individualidade. Esse sentimento é o que permite ao indivíduo distinguir-se de qualquer outra pessoa, conferindo-lhe uma singularidade que é fundamental para a percepção de si mesmo.

Ademais, essa condição de individualidade não é apenas uma característica intrínseca a cada ser humano; ela desempenha um papel crucial na manutenção da vida psíquica e emocional do indivíduo. A analogia do Navio de Teseu ilustra bem essa questão: assim como o navio mantém sua identidade apesar das mudanças em suas partes constitutivas, o indivíduo também preserva sua identidade ao longo do tempo, mesmo diante das transformações que ocorrem em sua vida.

A compreensão da identidade humana é um tema central nas ciências sociais e tem sido abordada de diversas formas por diferentes teóricos. Nesse contexto, explorar-se-á uma visão dinâmica e interativa sobre a constituição da identidade, a qual destaca o papel da socialização no processo de formação.

O fenômeno da construção da identidade manifesta-se em múltiplos níveis, e um aspecto particularmente relevante desse desenvolvimento é a formação da identidade durante a infância. A família – em especial os pais ou primeiros cuidadores – desempenha um papel fundamental como modelo de identificação para a criança. Os valores, as crenças, as expectativas e até mesmo os conflitos pessoais dos cuidadores são frequentemente absorvidos e reproduzidos pelos filhos.

As crianças tendem a ser rotuladas de maneira que se ajustem às identidades que lhes são atribuídas. Tal processo de adaptação pode permitir certa previsibilidade no comportamento infantil, uma vez que a conduta da criança é passível de análise à luz das características e dos comportamentos dos pais. Além disso, os estímulos internos e externos presentes nos ambientes

de convivência durante a infância exercem uma influência significativa na formação da identidade.

Entretanto, existem divergências na literatura acadêmica sobre o momento exato em que se inicia o processo de formação da identidade de um indivíduo. Embora haja diferentes perspectivas, é amplamente aceito que a identidade começa a estabelecer-se predominantemente no período da infância, sendo completada na adolescência e na fase adulta, podendo até mesmo continuar a evoluir além dessas etapas.

Assim, pode-se afirmar que as experiências e vivências individuais e coletivas, ao longo da vida, são essenciais à construção da identidade. A referida construção é dinâmica e está sujeita a constantes mudanças, o que nos leva a concluir que não somos os mesmos em diferentes períodos de nossas vidas.

2. O QUE É IDENTIDADE?

A identidade de alguém, para Dubar (2005), é algo muito precioso e não é conferido ao ser humano no início do seu percurso vital, mas sim construído dinamicamente, ao longo da vida. Tal construção, na visão do autor, não é unicamente pessoal, pois tem a contribuição de vários e diferentes interventores. Dubar (2005) defende que a identidade é um produto de sucessivas socializações, ou seja, ela constrói-se tanto de uma perspectiva individual quanto de um prisma social.

A identidade de alguém é, no entanto, aquilo que ele tem de mais precioso: a perda de identidade é sinónimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte. Ora, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no ato do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho: ela depende tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e autodefinições. A identidade é um produto de sucessivas socializações (DUBAR, 2005, p. XXV).

A construção da identidade é um fenómeno social profundamente ligado às interações com os outros. Dubar argumenta que a formação identitária não é uma atividade solitária; ao contrário, ela depende tanto das percepções e julgamentos alheios quanto das autodefinições do próprio indivíduo. Essa interdependência é corroborada por teorias sociológicas e psicológicas, que enfatizam o papel das relações sociais na formação do *eu*. A identidade, portanto, emerge como um produto de sucessivas socializações, onde os indivíduos assimilam normas, valores e expectativas sociais.

Além disso, a citação ressalta a vulnerabilidade da identidade humana às influências externas. A perda de identidade, como mencionado por Dubar (2005), pode ser vista como uma forma de alienação que resulta da desconexão com o ambiente social e cultural. Essa desconexão pode gerar angústia e desorientação, evidenciando a necessidade de um sentido de pertencimento e de reconhecimento dentro de uma comunidade.

Em suma, a reflexão proposta por Dubar convida à consideração de que a identidade é um processo dinâmico e multifacetado, que se desenvolve em diálogo com o contexto social e cultural. Essa visão amplia nossa compreensão sobre a complexidade da formação identitária e a sua relevância para o bem-estar psicológico do indivíduo ao longo da vida.

De forma ainda mais clara, a identidade profissional é construída dinamicamente, e ao longo do tempo, a partir de um processo de interação entre o indivíduo e os contextos sociais nos quais ele está inserido. A identidade profissional não é algo dado ou fixo desde o início da vida de um indivíduo, mas resulta de sucessivas socializações que envolvem tanto a vivência pessoal quanto a influência de diferentes agentes sociais (como familiares, colegas, instituições e mercado de trabalho).

2.1. Identidade pessoal x identidade social

Pode parecer paradoxal quando nos referimos à dualidade dimensional da identidade do indivíduo e, ao mesmo tempo, afirmamos que ela é única. Confirma-se na citação de Levy e Gonçalves (2014) que a identidade pessoal é aquela percebida pelo indivíduo, enquanto a identidade social é como o indivíduo é percebido em comunidade.

A ação de identificar é dinâmica: a maneira segundo a qual EU me vejo e o modo de acordo com que EU sou percebido ou compreendido pelo outro se encontram em permanente mudança, o que indica instabilidade, criatividade, incerteza ou desordem. Todavia, essa mudança tende a não me impedir de identificar-me nem a impossibilitar minha identificação por outrem, o que traduz, por sua vez, determinado nível de estabilidade, de manutenção, de ordem ou certeza (LEVY; GONÇALVES, 2014, p. 350).

Levy e Gonçalves (2014) abordam a natureza dual e dinâmica da identidade, evidenciando como ela é um processo contínuo e complexo. A identidade é apresentada como algo que está em constante movimento, influenciada tanto pela percepção interna (como *eu* me vejo) quanto pela externa (como os *outros* me veem). Essa interação reflete a fluidez e a maleabilidade da identidade, marcada por criatividade e incertezas, mas sem perder completamente um eixo central que permita a continuidade do *eu*.

Apesar dessa fluidez, os autores destacam que sempre há algum grau de estabilidade ou ordem que garante a capacidade de autoidentificação e de reconhecimento pelos outros. Essa ideia é fundamental para entender a identidade como algo que transita entre mudança e permanência, proporcionando flexibilidade para adaptação às circunstâncias sem desintegrar o senso de quem somos.

O equilíbrio entre instabilidade e estabilidade é especialmente relevante no contexto contemporâneo, onde a globalização, as redes sociais e as mudanças culturais aceleradas desafiam e remodelam continuamente as percepções de identidade. A reflexão dos autores aponta para a resiliência do *eu* diante de um cenário dinâmico, o que é crucial para compreender as formas como adaptamo-nos e permanecemos conectados a quem somos em um mundo em constante transformação.

Levy e Gonçalves (2014) continuam explicando tal natureza “bidimensional / contraditória” e, ao mesmo tempo, complementar:

O diálogo entre contradição e complementaridade é fenômeno denotativo de complexidade. A identidade da pessoa é uma só, todavia é composta por duas dimensões contraditórias e complementares: (i) a subjetiva (“como EU me vejo”) e (ii) a objetiva (“como sou visto pelo OUTRO”). Encontramos reforço no corpo de ideias de Dubar (2005) quando nos referimos à dualidade dimensional da identidade humana, em especial quando nos reportamos ao homem ligado a uma sociedade e/ou a uma profissão (LEVY; GONÇALVES, 2014, p. 351).

Nota-se aqui a complexidade específica à formação da identidade humana ao abordar o diálogo entre contradição e complementaridade. A identidade é compreendida como uma unidade composta por duas dimensões interdependentes: a subjetiva e a objetiva.

A dimensão *subjetiva* refere-se à autopercepção, ou seja, ao modo como o indivíduo vê-se e constrói internamente sua identidade. Já a dimensão *objetiva* está relacionada à percepção externa, que se fundamenta em como o indivíduo é interpretado e reconhecido pelos outros no contexto social. Essas dimensões, embora contraditórias, são complementares e coexistem em um equilíbrio dinâmico que confere à identidade sua característica singular e multifacetada.

A referência a Dubar (2005) reforça a dualidade da identidade humana, especialmente no contexto de sua relação com a sociedade e/ou com as instituições, destacando-se a sua ligação com os âmbitos profissionais. Dubar argumenta que a identidade é constantemente negociada em um espaço dialético entre as experiências individuais e as representações sociais.

Essa abordagem sublinha a complexidade da identidade como um fenômeno que não pode ser reduzido a uma única dimensão. Ela emerge da interação contínua entre o *eu* interno e as expectativas e interpretações externas,

moldando-se a partir de processos contraditórios e complementares que refletem a riqueza e a diversidade da experiência humana.

3. O QUE INFLUENCIA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

A formação da identidade do indivíduo é um processo complexo e dinâmico, diretamente influenciado pelos contextos históricos e sociais em que está inserido. Ao longo do tempo, as sociedades têm moldado não apenas os modos de vida, mas também a maneira como os indivíduos se percebem e se posicionam no mundo. Nesse sentido, compreender como diferentes grupos sociais impactam a construção identitária é essencial para explorar as particularidades de cada época e os desafios impostos ao sujeito contemporâneo. Nuer-Wilker (2011) reporta-se a essa evolução, destacando as transformações nas bases que sustentam a identidade e os fatores que dificultam sua estabilização nas sociedades atuais.

Para a formação da identidade de um tipo-ideal pode-se diferenciar três formações sociais: nas sociedades tradicionais, a identidade é instituída e estabilizada através de arranjos socioestruturais. Na modernidade clássica, a identidade é escolhida pelo indivíduo, mas estabilizada socioestruturalmente. Nas sociedades pós-modernas ou de modernidade tardia, a identidade é escolhida pelo indivíduo, que produz sua estabilização através do tempo. Há, no entanto, condições que, notadamente, dificultam esse processo: a mudança rápida, a multiplicação das opções e a possibilidade de revisão de decisões já tomadas. Isso tudo agudiza o problema da identidade (NUER-WIKLER, 2011, p. 57).

Nuer-Wilker faz referência à evolução do conceito e do processo de formação da identidade ao longo das diferentes configurações sociais, desde as sociedades tradicionais até as sociedades contemporâneas. De maneira sistemática, ela evidencia que a identidade, longe de ser um constructo estático, é profundamente moldada pelas estruturas sociais e pelas transformações históricas.

Nas sociedades tradicionais, a identidade é atribuída e definida por estruturas sociais rígidas e estáveis, o que proporciona aos indivíduos uma orientação clara, ainda que limitadora. Na modernidade clássica, observa-se uma maior autonomia na escolha da identidade por parte do indivíduo, embora esta ainda seja sustentada por arranjos socioestruturais relativamente estáveis. Por fim, nas sociedades pós-modernas, ou de modernidade tardia, há uma mudança paradigmática: a identidade passa a ser uma construção individual, cuja estabilidade depende das escolhas pessoais ao longo do tempo, sem a mesma garantia de apoio das estruturas sociais.

Contudo, a autora ressalta que a complexidade desse processo se intensifica nas sociedades contemporâneas devido a três fatores principais: a velocidade das mudanças sociais, a multiplicação de opções disponíveis e a possibilidade de revisão constante das decisões identitárias. Tais elementos aumentam a dificuldade na estabilização da identidade, transformando-a em um desafio contínuo e, muitas vezes, em uma fonte de insegurança para o indivíduo. Entendem-se desse jeito as dinâmicas identitárias no contexto atual, o qual é marcado por uma crescente fragmentação e por fluidez nas experiências sociais e individuais.

3.1 Influência da família

A identidade do indivíduo é construída a partir de múltiplas interações sociais, sendo influenciada por fatores simbólicos e concretos desde os primeiros momentos da vida. Nesse processo, a família, com algumas exceções, como o primeiro grupo de referência para as crianças, assumindo-se como fonte de afeto, proteção e cuidados, desempenha um papel fundamental ao fornecer elementos iniciais para a identificação do sujeito, como o nome, que funciona como um signo representativo. No entanto, a identidade transcende essa simbologia, configurando-se como um processo dinâmico que integra dimensões subjetivas e objetivas. A seguir, a citação explora como a identidade é concebida e construída no contexto das relações sociais.

A família apresenta uma característica dual quanto à identificação de seus membros que fica evidente já durante o procedimento de escolha do nome. Analisando essa atitude social, Ciampa (1998) mostra que somos nomeados, interiorizamos o nome e passamos a nos nomear por ele. Contudo, o nome não é a identidade em si, mas sim uma representação dela, um signo. A identidade é um processo, um constante vir-a-ser do sujeito. A identidade de acordo com Lane “se processa na interação social, implicando necessariamente, atividade e consciência” (CIAMPA, 1998, p. 10). Desse modo, a identidade pode ser entendida como a unidade da objetividade e da subjetividade (BARBOSA; REIS, 2010, p. 4).

A citação explora a complexidade da relação entre identidade e nomeação, destacando o papel da família e da interação social no processo de construção identitária. O ato de nomear, como destacado por Ciampa (1998), é um primeiro passo no reconhecimento social do indivíduo. O nome, no entanto, não constitui a identidade em si, mas funciona como um signo, uma

representação simbólica que carrega significados e relações sociais. Assim, a identidade transcende a simples atribuição de um nome, revelando-se como um processo dinâmico e em constante transformação.

A perspectiva apresentada reforça a ideia de que a identidade não é estática, mas um *vir-a-ser*, ou seja, um movimento contínuo de construção e reconstrução ao longo da vida. Esse processo ocorre na interação social, o que implica que a identidade é formada na dialética entre o indivíduo e o coletivo. Tal dinâmica exige tanto atividade quanto consciência por parte do sujeito, que, ao mesmo tempo em que é moldado por suas experiências sociais, reflete e age sobre elas.

A noção de identidade como *unidade da objetividade e da subjetividade* sintetiza essa relação dialética. Por um lado, há aspectos objetivos da identidade, como as expectativas e normas sociais que influenciam o indivíduo; por outro, existem os elementos subjetivos, como as escolhas, interpretações e significados atribuídos pelo próprio sujeito às suas vivências. Dessa forma, a identidade é compreendida como uma construção complexa e relacional, que depende simultaneamente do contexto social e das reflexões internas do indivíduo. A referida abordagem permite uma compreensão mais rica e aprofundada do processo identitário.

Portanto, a formação da identidade do indivíduo é um processo complexo e dinâmico, que se inicia no contexto familiar e é influenciado por uma série de interações sociais. A família, como primeira instância socializadora, desempenha um papel crucial na constituição da identidade, nomeando seus membros com atributos e papéis que moldam suas percepções e comportamentos.

Desde o momento da concepção, a criança assume o papel de filho em uma estrutura familiar já definida. Esse papel é, em parte, predeterminado pelos pais, que frequentemente têm expectativas e planos para o futuro do filho. A identidade familiar é, portanto, uma construção coletiva que se reflete nas interações diárias e nas expectativas sociais impostas aos indivíduos; o conceito de *ser filho* desenvolve-se através das relações com os *pais*, que também transformam sua própria identidade ao se tornarem responsáveis por outra vida.

As representações familiares são interiorizadas, e os membros da família passam a objetivar esses papéis. A criança constituir-se-á como filho à medida que as relações nas quais estiver envolvida confirmarem essa representação.

Isso ocorre mediante comportamentos que reforçam sua conduta como filho, evidenciando a interdependência entre a identidade do indivíduo e as dinâmicas familiares.

A qualidade das interações familiares — sejam elas positivas ou negativas — impacta diretamente nos desenvolvimentos emocional e social da criança, moldando sua autoestima e sua capacidade de estabelecer vínculos saudáveis. A identidade não é um constructo fixo; ela é multideterminada e evolui ao longo do tempo. Cada indivíduo desempenha múltiplos papéis sociais que podem assumir predominância em diferentes momentos da vida. Esses papéis influenciam-se mutuamente, contribuindo para a metamorfose contínua da identidade do sujeito. Assim, a identidade é entendida como um processo em constante transformação, onde as experiências vividas e as relações estabelecidas são fundamentais para a construção do *eu*.

Isso posto, a família não apenas fornece o primeiro ambiente de socialização, mas também é fundamental na formação da identidade pessoal. As interações iniciais dentro do núcleo familiar estabelecem as bases para como o indivíduo percebe-se e relaciona-se com o mundo ao seu redor. Portanto, compreender a importância da estrutura familiar na formação da identidade é essencial para reconhecer as complexidades do desenvolvimento humano em um contexto social mais amplo.

3.2. A influência da escola

As instituições sociais desempenham um papel crucial na construção da identidade, uma vez que se configuram como espaços de produção de saberes, experiências, inter-relações, comunicações, intenções e operações de sentido simbólicas. Cada instituição social apresenta uma estrutura própria, além de modos e meios específicos de funcionamento. Dentro dessas instituições, as relações são estabelecidas com base em modelos culturais previamente definidos; elas são impregnadas de afeto e de representações que referenciam um conjunto comum de relações e práticas, tornando-se assim acessíveis aos atores sociais.

Essas instituições não apenas regulam a vida social, mas também promovem a coesão entre os indivíduos, transmitindo normas e regras que moldam o comportamento e as interações. A família, por exemplo, é

frequentemente considerada a primeira instituição social com a qual os indivíduos interagem, sendo responsável pela transmissão inicial de valores e normas de convivência. A escola, por sua vez, complementa essa formação ao oferecer um conhecimento sistematizado e formal que amplia as bases adquiridas no ambiente familiar.

O desafio a ser enfrentado, neste trabalho, é o de levar a discussão da construção da identidade dos adolescentes para dentro da instituição escolar, por considerá-la um local privilegiado de transmissão cultural específica e de produção de sentido para as diversas práticas sociais. As escolas, portanto, funcionariam como fio condutor que une, orienta e exhibe todo um conjunto de referências acerca da construção da identidade dos adolescentes. Para além das instituições, as escolas são comunidades de vida e de destino, cujos membros vivem juntos e numa ligação absoluta (CARVALHO, 2012, p. 210)

O desafio de integrar a discussão sobre a construção da identidade dos adolescentes no contexto escolar é fundamental, uma vez que a escola se configura como um espaço privilegiado para a transmissão cultural e a produção de significados em diversas práticas sociais. Nesse sentido, as instituições escolares não somente facilitam a aquisição de conhecimento, mas também atuam como mediadoras na formação da identidade juvenil, funcionando como um fio condutor que conecta e orienta os adolescentes em sua busca por referências identitárias.

As escolas são mais do que meros locais de aprendizado; elas constituem comunidades de vida e destino, onde os membros compartilham experiências e interações que moldam suas identidades. Esse ambiente social é importantíssimo, pois proporciona um contexto no qual os adolescentes podem explorar suas individualidades e, ao mesmo tempo, relacionar-se com os outros. A construção da identidade durante a adolescência é intensificada por uma série de fatores, incluindo crises de identidade, que são comuns nesse período de transição. Tais crises não devem ser vistas só como um desafio, mas igualmente como uma oportunidade de desenvolvimento e de escolha.

A escola, então, deve ser entendida como um espaço onde as identidades são continuamente negociadas e reconfiguradas. Os adolescentes, ao interagirem com os seus pares e com os educadores, absorvem valores e normas sociais, bem como reavaliam suas próprias crenças e comportamentos.

A citada dinâmica é essencial para o desenvolvimento de uma identidade sólida e consciente.

Além do mais, o uso das tecnologias digitais e das redes sociais contemporâneas também influencia o processo em foco, permitindo que os jovens explorem novas formas de expressão e de conexão.

A inclusão da discussão sobre a construção da identidade dos adolescentes no ambiente escolar é um passo necessário à promoção de uma educação que informe e que forme indivíduos críticos e autônomos. As escolas devem comprometer-se a criar um ambiente que favoreça a construção identitária, reconhecendo sua importância na formação do sujeito social e na promoção de uma sociedade inclusiva e democrática. Para Carvalho (2012):

Embora as escolas se configurem muito mais como instituições formais, burocráticas, preocupadas em afirmar o poder e a disciplina, por meio de atividades institucionais como avaliações, chamadas e salas de aula rigidamente organizadas, elas também podem ser consideradas como um espaço comunicacional, de reprodução e de divulgação de diferentes fontes culturais, presentes na sociedade em que estiver inserida. No entanto, por causa de sua complexidade, não podemos compreender a educação apenas sob a perspectiva da escola ou da família, uma vez que, na atualidade, a cultura de massa se faz presente na vida das pessoas, socializando muitas gerações, transmitindo valores e padrões de comportamento (CARVALHO, 2012, p. 210).

Carvalho (2012) aborda a dualidade da escola como uma instituição formal e burocrática, ao mesmo tempo em que se apresenta como um espaço comunicacional vital para a reprodução e a divulgação de diversas fontes culturais. Tal dualidade é fundamental para compreendermos a complexidade do papel da escola na sociedade contemporânea.

As escolas, enquanto instituições formais, são frequentemente caracterizadas por uma estrutura burocrática que enfatiza o poder e a disciplina, características que se manifestam através de práticas institucionais, como avaliações e organização rigorosa das salas de aula, que visam a manter a ordem e a eficiência no processo educativo. Essa abordagem, muitas vezes, resulta em um ambiente que prioriza o controle sobre a criatividade e a flexibilidade pedagógica, levando a críticas acerca da rigidez do sistema educacional.

Por outro lado, as escolas também funcionam como espaços comunicacionais onde diferentes culturas e saberes se encontram. Elas não apenas transmitem conteúdos acadêmicos, mas igualmente atuam como veículos de socialização cultural, refletindo as dinâmicas sociais mais amplas nas quais estão inseridas. Nesse sentido, as escolas têm o potencial de ser ambientes ricos em diversidade cultural, onde os alunos podem interagir com múltiplas referências culturais e sociais.

Além disso, Carvalho (2012) ressalta a necessidade de uma compreensão mais ampla da educação, que transcenda as esferas da escola e da família. A cultura de massa desempenha um papel significativo na socialização dos indivíduos contemporâneos, influenciando valores e padrões de comportamento. Essa interconexão sugere que a educação deve ser vista como um fenômeno complexo, que envolve múltiplas influências sociais, culturais e econômicas.

Logo, é fulcral considerarmos como tais elementos interagem para moldar as identidades dos alunos dentro do contexto escolar. Em outras palavras, as escolas operam em um espaço tensionado entre a formalidade burocrática e a riqueza cultural. Para compreender plenamente o papel da educação na formação da identidade dos indivíduos, é necessário reconhecer a referida dualidade e considerar as influências externas que permeiam o ambiente escolar. Essa abordagem holística é essencial para promover práticas educativas que sejam verdadeiramente inclusivas e representativas das diversas realidades sociais.

Ademais, as escolas atuam como mediadoras entre a individualidade e a coletividade. Elas facilitam a adaptação dos indivíduos às normas sociais, promovendo uma integração que evita o caos e a desordem social. Essa interdependência entre as instituições é fundamental para garantir que os indivíduos possam se desenvolver tanto em suas capacidades pessoais quanto em suas funções sociais. Carvalho (2012) ainda acrescenta que:

Diversamente do meio familiar, onde o adolescente pode ter aumentadas sua privacidade e sua individualidade, na escola é impossível escapar à rede social. De um lado, na família, tem-se um lugar privilegiado da interrelação e da aprendizagem social que desempenha uma função psicossocial no desenvolvimento do adolescente e, particularmente, na construção da sua identidade. De outro, na escola, o adolescente observa os outros, adquire o reconhecimento dos seus próprios comportamentos, assim como

avalia intenções, valores e normas subjacentes (LOURO, 1997). (CARVALHO, 2012, p. 216)

Ao citar Louro (1997), Carvalho (2012) destaca as diferenças fundamentais entre o ambiente familiar e o escolar na formação da identidade dos adolescentes, enfatizando como cada um desses contextos desempenha papéis distintos e complementares no desenvolvimento psicossocial dos jovens.

No contexto familiar, o adolescente frequentemente desfruta de um espaço que permite maiores privacidade e individualidade. A família, como primeira instituição social, oferece um ambiente de interrelação onde ocorrem aprendizagens sociais essenciais. Trata-se de espaço vital para a construção da identidade, porque é nele que os adolescentes experimentam relações afetivas profundas e desenvolvem um sentido de pertencimento e de segurança emocional. As interações familiares são fundamentais para a formação do autoconceito e da autoestima, influenciando diretamente a percepção que o adolescente tem de si mesmo e do mundo ao seu redor.

Por outro lado, a escola representa um ambiente onde a privacidade é reduzida e a interação social é intensificada. Na escola, os adolescentes estão inseridos em uma rede social mais ampla, na qual observam e avaliam comportamentos, intenções, valores e normas que regem as interações entre os pares. Esse espaço torna-se relevante para o reconhecimento social, porquanto os jovens aprendem a posicionar-se em relação aos outros, desenvolvendo habilidades sociais que são primordiais à sua inserção na sociedade. A dinâmica escolar propicia um ambiente em que as identidades são constantemente negociadas e reconfiguradas, permitindo que os adolescentes explorem diferentes aspectos de si mesmos em um contexto coletivo. Continuemos acompanhando as ideias de Carvalho:

Nesse processo de interrelação, segundo Castells (1999), as identidades se ligam às atividades, à história de vida, ao futuro, aos sonhos e fantasias de cada adolescente. As identidades permitem, de um lado, sua percepção como sujeito único, tomando posse de sua realidade individual e, portanto, da consciência de si mesmo. De outro, permitem a diferenciação entre o eu e o outro, termo de comparação que possibilita o destaque das características identitárias de cada um. (CARVALHO, 2012, p. 216)

A citação de Castells (1999), conforme referida por Carvalho (2012), destaca a complexidade do processo de construção da identidade dos adolescentes, enfatizando a interrelação que envolve suas experiências de vida, suas atividades, suas aspirações e suas fantasias. Tal perspectiva é fundamental para compreender como as identidades não são entidades fixas, mas sim construções dinâmicas que se desenvolvem ao longo do tempo, influenciadas por uma variedade de fatores sociais e culturais.

As identidades, segundo Castells (1999), estão intrinsecamente ligadas à vida cotidiana dos adolescentes. Cada indivíduo traz consigo uma história única, repleta de vivências que moldam sua percepção de si mesmo. A autopercepção é crucial, pois permite que o adolescente se reconheça como um sujeito único, dotado de particularidades que o diferenciam dos demais. A consciência de si mesmo emerge desse processo reflexivo, onde o adolescente toma posse de sua realidade individual e posiciona-se no mundo social.

Além da autopercepção, a construção da identidade envolve a capacidade de diferenciar-se do outro, em processo comparativo essencial a que os adolescentes possam delimitar e valorizar suas características identitárias. A diferenciação entre o *eu* e o *outro* fortalece a individualidade e enriquece as interações sociais ao permitir que os jovens reconheçam e respeitem as diversidades presentes em seu entorno. Tal dinâmica é particularmente relevante no contexto escolar, em que as interações sociais são intensificadas e onde os adolescentes frequentemente buscam pertencimento a grupos específicos.

A escola, enquanto espaço social significativo na vida dos adolescentes, desempenha um papel de vulto na construção de suas identidades. É um ambiente onde os jovens não só aprendem conteúdos acadêmicos, mas também desenvolvem habilidades sociais e emocionais que influenciam sua identidade. As interações com colegas e com educadores proporcionam um campo fértil à reflexão sobre si mesmos e sobre suas relações com os outros.

Assim sendo, a análise proposta por Castells (1999) sublinha a importância de considerar as identidades como construções sociais em constante evolução. A compreensão de referido processo é vital à promoção de um ambiente escolar que favoreça a diversidade e o respeito mútuo, permitindo que os adolescentes se sintam valorizados em suas singularidades enquanto

constroem suas identidades em interação com os demais. Essa abordagem enriquece a experiência educacional e contribui para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos em uma sociedade plural.

Ainda analisando os recortes de Carvalho (2012), temos que:

Segundo (LOURO, 1997), são muitas as identidades que os alunos podem construir no espaço escolar, podendo ser provisórias, descartáveis, rejeitadas e abandonadas. São eles, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes e, “nada proíbe pensar que diferentes quadros identitários se imbricam uns aos outros, a fim de contribuir para o sentimento de identidade” (CARVALHO, 2012, p. 217).

Observa-se o destaque à multiplicidade de identidades que os alunos tendem a construir no ambiente escolar, enfatizando que referidas identidades podem ser provisórias, descartáveis, rejeitadas ou abandonadas. Essa perspectiva sugere que os adolescentes não são apenas receptores passivos de uma identidade fixa, e sim sujeitos de identidades transitórias e contingentes, moldadas pelas interações sociais e culturais que vivenciam na escola. A ideia de que *nada proíbe pensar que diferentes quadros identitários se imbricam uns aos outros* reforça a noção de que as identidades são dinâmicas e podem entrelaçar-se, contribuindo à formação de um sentimento de identidade mais complexo e plural.

A construção identitária no espaço escolar é influenciada por diversos fatores, como classe social, gênero, etnia e sexualidade. A escola, então, não é somente um local de aprendizado acadêmico, mas um contexto social onde as identidades são continuamente negociadas e reconfiguradas. Os adolescentes interagem com seus pares e com educadores, o que possibilita a troca de experiências e a reflexão sobre suas próprias identidades. Tal dinâmica é essencial ao desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos jovens.

A fragmentação e a instabilidade das identidades mencionadas por Louro (1997) ressaltam a complexidade do processo identitário na adolescência. Cada estudante traz consigo um conjunto único de experiências e de referências que influenciam suas identificações. Nesse sentido, as identidades são contraditórias e estão em constante deslocamento, refletindo a diversidade das experiências vividas pelos indivíduos.

A escola também atua como um espaço onde se estabelecem normas e regras que podem privilegiar certas identidades em detrimento de outras. Identidades consideradas *normais* podem gozar de legitimidade social, enquanto outras são frequentemente marginalizadas ou rotuladas como desviantes, tratando-se de fenômeno que evidencia a necessidade de uma abordagem crítica nas práticas educativas, visando a promover um ambiente inclusivo, que reconheça e que valorize a diversidade das identidades presentes na comunidade escolar.

Basicamente, há que ser exercida uma reflexão profunda sobre o papel da escola na construção das identidades dos adolescentes. Ao reconhecer a natureza transitória e multifacetada das identidades no espaço escolar, torna-se evidente a importância de uma educação que informe, mas que também forme indivíduos capazes de navegar num mundo social complexo e em constante mudança. A escola deve ser vista como um ecossistema onde as interações humanas são fundamentais para o desenvolvimento da identidade juvenil.

4. CRISE DE IDENTIDADE

Segundo Pereira (2004, p. 88), “a chamada crise de identidade pode ser compreendida num processo mais amplo de deslocamento e mesmo de fragmentação do indivíduo moderno”. As transformações sociais contemporâneas afetam a construção da identidade individual. Esse fenômeno é caracterizado por uma série de mudanças que desestabilizam os quadros de referência tradicionais, levando a um estado de descentramento e de fragmentação da identidade.

O conceito de deslocamento refere-se à perda das âncoras sociais e culturais que antes proporcionavam ao indivíduo uma sensação de pertencimento e de estabilidade. Na modernidade, as estruturas sociais que sustentavam identidades coesas, como a família, a religião e as comunidades locais, tornaram-se menos influentes. Isso resulta em um ambiente onde os indivíduos se sentem cada vez mais isolados e sem um sentido claro de seu lugar no mundo.

A fragmentação da identidade implica que o indivíduo moderno não mais se vê como um ser unificado, mas sim como um conjunto de partes diversas e muitas vezes contraditórias. Tal condição é exacerbada pela pluralidade de experiências e pela diversidade cultural que caracterizam a sociedade contemporânea. Assim, o sujeito contemporâneo é frequentemente confrontado com múltiplas identidades que competem entre si, tornando difícil a construção de uma narrativa identitária estável.

Para Hall (2003), os *quadros de referência* são os sistemas de valores, normas e expectativas sociais que tradicionalmente ajudavam os indivíduos a se situarem em suas comunidades. Com a emergência da modernidade líquida, em substituição à modernidade sólida, esses quadros tornam-se obsoletos ou insuficientes para lidar com as complexidades da vida moderna. A crise surge quando tais referenciais falham em oferecer um sentido claro de identidade, levando os indivíduos a questionar quem são e qual é seu lugar na sociedade.

Ainda em concordância com Hall (2003), a crise de identidade não é apenas uma experiência individual; ela reflete uma mudança social mais ampla. A fragmentação das identidades pode resultar em sentimentos de alienação e insegurança, impactando negativamente no bem-estar psicológico dos indivíduos. Além disso, essa condição pode gerar conflitos sociais, uma vez que

a falta de uma identidade comum pode dificultar a coesão social e a solidariedade entre diferentes grupos. O *deslocamento* e a *fragmentação* das identidades são fenômenos que exigem uma reflexão crítica a propósito de como as pessoas podem encontrar novos modos de pertencimento e de significado em um mundo em constante mudança. Essa análise é fundamental para compreender as dinâmicas identitárias na pós-modernidade e as suas implicações para os indivíduos e para a sociedade como um todo.

Santos (2014, p. 117) afirma que, segundo Bauman (2005), “a identificação vem se tornando cada vez mais importante para os indivíduos em busca de um ‘todo’ a que fazer parte, um fenômeno diretamente associado ao processo de ‘desencaixe’ (GIDDENS, 1991) das identidades no mundo atual”. Para melhor compreender esse processo tão recente, mas não inédito na história da modernidade, há de se ter claro que, dadas as condições do mundo contemporâneo, as forças que serviram, ao longo da modernidade, como pontos de orientação coletiva para a construção da identidade não mais estão obstinadas a empreender, nos dias atuais, semelhante tarefa. E Santos (2014) ainda acrescenta que a identidade é única e exclusivamente um problema individual, cabendo apenas ao indivíduo empreender, com os recursos que lhe cabem, a captura da identidade, e não mais construí-la com o cuidado e os rigores necessários à construção de um projeto. O que fica definido de forma mais robusta na fala de Bauman:

As forças mais determinadas a ocultá-la perderam o interesse, retiraram-se do campo de batalha e estão contentes com a tarefa de encontrar ou construir uma identidade para nós, homens e mulheres, individual ou separadamente, e não conjuntamente. A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado. Mas esse é um fato novo, muito recente (BAUMAN, 2005, p. 22).

Bauman (2005) destaca a transformação das dinâmicas identitárias na modernidade líquida, onde as forças que anteriormente moldavam e restringiam as identidades individuais afastaram-se, permitindo uma nova configuração da identidade. O autor sugere que, ao perderem o interesse em controlar ou definir as identidades, essas forças deixam os indivíduos em um estado de fragilidade, onde a identidade se torna algo provisório e suscetível a constantes mudanças.

Bauman (2005) menciona que as forças que antes buscavam ocultar a fragilidade da identidade se retiraram do *campo de batalha*. Isso significa que as instituições sociais tradicionais, como a família, a religião e o Estado, que costumavam fornecer um sentido de identidade estável e coletiva, estão perdendo sua influência. Com tal retirada, os indivíduos são deixados para encontrar ou para construir suas identidades de maneira mais autônoma.

A afirmação de que a identidade é agora construída *individual ou separadamente* enfatiza o caráter individualista da modernidade líquida. Nesse contexto, os indivíduos são incentivados a moldar suas identidades com base em suas experiências pessoais e escolhas, ao invés de se conformarem a um modelo coletivo ou preestabelecido. Essa autonomia pode ser vista como uma forma de liberdade, mas também gera uma pressão significativa sobre os indivíduos para que se definam constantemente.

Bauman destaca que *a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas*. Essa ideia reflete a incerteza que permeia a construção da identidade na contemporaneidade. As identidades não são mais vistas como fixas; ao contrário, elas são percebidas como fluidas e sujeitas a mudanças frequentes. A referida fragilidade pode gerar ansiedade e insegurança, uma vez que os indivíduos enfrentam o desafio de se reinventar continuamente em um mundo em constante transformação.

A expressão “o segredo foi revelado” sugere que a condição de incerteza sobre a identidade não é só uma nova realidade, mas igualmente uma conscientização coletiva sobre essa fragilidade. Os indivíduos agora reconhecem que as identidades são construídas socialmente e que essa construção é permeada por incertezas.

Bauman (2005) reforça as complexidades da identidade na modernidade líquida, onde a autonomia individual para construir identidades é acompanhada pela fragilidade e pela incerteza. Essa nova realidade desafia os indivíduos a navegar por um mundo onde as referências tradicionais foram desestabilizadas, exigindo uma constante adaptação e reavaliação de quem são em um contexto social em rápida mudança. A crise de identidade torna-se, assim, um reflexo das tensões entre liberdade individual e insegurança existencial na sociedade contemporânea.

Camargo e Tonin (2019), ao compararem Bauman e Dubar, revelam uma convergência interessante nas abordagens dos dois autores, principalmente no contexto da modernidade líquida e das dinâmicas sociais contemporâneas:

Bauman (2005) diz que as identidades nos tempos líquidos são instáveis, ou seja, tornam-se híbridas. Isso mostra que, as identidades, não mais são construídas, primordialmente, por atribuições coletivas. Entretanto, isso não quer dizer que a identidade seja um processo que desconsidera a influência externa. Ao contrário, o ser humano agora possui mais liberdade de escolher, entre todas as suas experiências e relações, quais delas irão compor a(s) sua(s) identidade(s), visto que a identidade é, justamente, o resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos processos relacionais; sistemas de ação, nos quais os sujeitos estão inseridos, e biográficos DUBAR, 2005), que tratam da história, habilidades e projetos da pessoa (CAMARGO; TONIN (2019, p. 2).

Nota-se que tanto Bauman quanto Dubar reconhecem que a identidade não é uma construção fixa, e sim um processo dinâmico e em constante evolução. Bauman (2005) enfatiza que as identidades, nos tempos líquidos, são instáveis e híbridas, refletindo a fluidez das relações sociais contemporâneas. De forma semelhante, Dubar (2005) argumenta que a identidade é o resultado de processos de socialização que envolvem tanto influências externas quanto experiências individuais, indicando uma construção identitária que é simultaneamente coletiva e individual.

Ambos os pensadores concordam que a identidade é moldada por fatores sociais e culturais. Bauman (2005) observa que as forças que antes impunham identidades coletivas afastaram-se, permitindo maior liberdade individual na escolha das identidades. Por outro lado, Dubar (2005) destaca a importância das instituições e das relações sociais na formação da identidade, sugerindo que, embora os indivíduos tenham mais liberdade, essa liberdade acontece dentro de um contexto social que ainda exerce influência significativa.

A tensão entre a construção da identidade individual e as expectativas sociais é um tema central em ambos autores. Bauman (2005) menciona que os indivíduos enfrentam a tarefa de escolher entre múltiplas identidades em um mundo onde as referências tradicionais foram desestabilizadas. Dubar (2005) complementa essa visão ao discutir a oposição entre os atos de atribuição (como os *outros* definem o *sujeito*) e os atos de pertencimento (como o *sujeito* deseja se definir), ressaltando a complexidade da negociação identitária.

Apesar das convergências, existem nuances nas abordagens de cada autor, como, por exemplo: Bauman (2005) dá maior ênfase à autonomia do indivíduo na construção da identidade em um ambiente marcado pela incerteza e pela escolha constante. Ele sugere que a modernidade líquida oferece uma liberdade sem precedentes, mas também impõe o peso da responsabilidade sobre as escolhas identitárias. Dubar (2005), por sua vez, enfatiza mais a intersecção entre o individual e o social, destacando como as instituições ainda desempenham um papel crucial na formação das identidades. Ele vê a identidade como uma articulação entre a biografia pessoal e as estruturas sociais, sugerindo que, mesmo em um contexto de maior liberdade, as influências externas continuam a ser significativas.

A comparação entre Bauman (2005) e Dubar (2005) enriquece a compreensão da crise de identidade na contemporaneidade. Ambos oferecem perspectivas valiosas sobre como as identidades são construídas em um mundo em constante mudança, ressaltando tanto a complexidade do processo quanto as tensões inerentes às relações entre o indivíduo e o coletivo. Essa análise conjunta permite uma reflexão mais profunda sobre os desafios enfrentados pelos indivíduos na busca por significado e pertencimento em uma sociedade marcada pela fluidez e pela incerteza.

5. IDENTIDADE PROFISSIONAL

Nada do que foi visto até agora é diferente, claro, para a identidade profissional, que também é formada por meio de um jogo de tensões entre os aspectos individual e coletivo. Analisemos, como exemplo, um professor de matemática:

A experiência individual: cada pessoa tem sua própria trajetória, experiências e reflexões sobre o seu trabalho, o que influencia a maneira como ela vê-se e posiciona-se profissionalmente perante seus alunos e demais colegas de trabalho de matemática ou de outras disciplinas. Percebamos que tal posicionamento pode influenciar diretamente a vida e, por conseguinte, a identificação do aluno quanto a gostar (ou não) de matemática.

A socialização coletiva: o indivíduo também é moldado por normas, valores e expectativas do grupo social e das instituições em que participa, como as organizações de trabalho, ou as escolas e demais instituições que definem o que é considerado *legítimo* ou *aceitável* em termos profissionais.

Dubar (2005) destaca que a identidade profissional é resultado de um processo de negociação entre estes dois fatores: o que o indivíduo quer ser e o que a sociedade, as instituições e o mercado esperam dele. Tal processo de construção contínua pode envolver conflitos, adaptações e reconfigurações de identidade, uma vez que o ambiente de trabalho e as condições sociais estão em constante mudança. Assim, a identidade profissional é sempre um projeto em construção, nunca é estática.

Em resumo, a identidade profissional constrói-se de forma interativa, sendo influenciada tanto pelas escolhas individuais quanto pelas expectativas sociais e institucionais.

As identidades, segundo Berger e Luckmann (1985), são singulares ao sujeito e, ao mesmo tempo, produzidas mediante interações com a estrutura social na qual ele se encontra inserido, tratando-se de um fenômeno que deriva de uma dialética entre indivíduo e sociedade. Tais identidades formam-se e são remodeladas através de processos subjetivos e de relações sociais.

Pode-se concluir que Berger e Luckmann (1985) se aproximam bastante de Dubar (2005) no que tange à construção das identidades, a qual é vista como um processo dinâmico e relacional. A partir da referida visão, é possível fazer

algumas considerações e reflexões sobre os elementos-chave que definem a concepção de identidade.

Primeiramente, *a singularidade do sujeito*: para Berger e Luckmann (1985), as identidades são singulares ao sujeito, o que implica que a construção da identidade é uma experiência única e individual para cada pessoa. O indivíduo, com sua história e suas vivências particulares, constrói sua própria identidade de maneira específica, embora influenciada por fatores sociais. Portanto, estudando em uma mesma turma, possuindo a mesma formação, têm-se, como produtos dessa relação, indivíduos diferentes.

Outro ponto é *a dialética entre o indivíduo e a sociedade*: a construção da identidade não é apenas uma questão interna ou subjetiva, mas envolve uma *dialética*, ou seja, um processo contínuo de interação, entre o indivíduo e a sociedade. O sujeito não é um ser isolado, mas está imerso em uma rede de interações sociais que moldam suas percepções, seus comportamentos e seus valores. Berger e Luckmann (1985) propõem que a identidade é resultado dessa constante negociação entre as influências sociais e as experiências pessoais.

Conforme Mogone (2001, p.19), para autores como Goffman (1985), Berger e Luckmann (1985), Dubar (2005) e Ciampa (1998), a aquisição da identidade configura-se em um processo inacabado e contínuo, que sofre mudanças através dos tempos. Conforme observamos, a construção da identidade não se dá apenas individualmente, mas também coletivamente.

A observação de Mogone (2001) corrobora vários autores no sentido de que a identidade é algo em constante construção, um fenômeno social que evolui à medida que o indivíduo se engaja em diversas situações e em vários contextos, refletindo acerca da sua prática e do seu papel social.

Assim, continuando com nosso exemplo de profissional, para um professor de matemática, a identidade não se limita apenas à sua percepção pessoal do que significa ser docente, mas também à maneira como ele é percebido e influenciado pelas relações sociais que estabelece em sua comunidade escolar. Esse processo é coletivo, pois envolve interações com estudantes, com outros professores, com pais e com a sociedade de uma forma mais ampla.

A construção dessa identidade dá-se tanto por meio da vivência e da reflexão individual quanto pela troca e pelo confronto de ideias dentro da

coletividade escolar, sendo continuamente adaptada e reformulada em resposta às demandas do ambiente educacional.

Vianna (1999) também afirma que a identidade coletiva é produzida por muitos indivíduos que interagem, constroem e negociam, repetidamente, as relações que os ligam uns aos outros.

Toda profissão afirma uma identidade, de acordo com Nóvoa (1996), não tratando de um dado adquirido, de uma propriedade ou de um produto. O autor assevera que a identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço (em construção) de maneiras de ser e de estar na profissão.

A identidade do profissional, conforme argumenta Nóvoa (1996), é moldada por um conjunto de lutas, desafios e escolhas que vão além das habilidades técnicas específicas. Esses elementos incluem também a forma como o profissional posiciona-se diante das dinâmicas exigidas pelo mercado de trabalho, pelas relações com colegas e pela sociedade em geral. Por exemplo, um profissional, em qualquer área, pode deparar-se com expectativas contraditórias: por um lado, a necessidade de dominar profundamente os conhecimentos técnicos relacionados à sua profissão; por outro, a exigência de desenvolver habilidades interpessoais e de comunicação que possibilitem a interação eficaz com clientes e colegas.

Nesse sentido, a construção da identidade profissional envolve uma negociação constante entre diferentes aspectos do indivíduo: o especialista em sua área, bem como o colaborador que reconhece as especificidades do ambiente de trabalho e as necessidades dos outros. Além disso, o profissional enfrenta o desafio de superar estigmas ou preconceitos que possam estar associados à sua função, buscando valorizar seu papel e contribuir para práticas que conectem seu conhecimento às realidades e demandas do mercado.

A luta pela valorização da profissão e a busca por práticas que integrem o conhecimento técnico ao cotidiano dos clientes ou da comunidade são aspectos fundamentais na formação de sua identidade profissional. Nesse contexto, a identidade do trabalhador é constantemente remodelada à medida que ele se depara com as exigências do setor, com a diversidade dos colegas e clientes e com as inovações que permeiam sua área de atuação. Essa dinâmica reflete a complexidade da construção identitária no ambiente profissional

contemporâneo, onde a adaptabilidade e a capacidade de negociação são essenciais ao sucesso.

Portanto, conforme enfatiza Nóvoa (1996), a identidade do professor de matemática não é um produto acabado, mas um processo dinâmico e em permanente construção. Essa construção dá-se por meio: das interações com os outros, das escolhas pedagógicas, das reflexões sobre a prática e das dificuldades enfrentadas no cotidiano da profissão. Assim, a identidade do professor de matemática é uma obra em constante andamento, marcada por conflitos, por desafios e pela busca da (auto)compreensão no espaço escolar.

Juntando-se às argumentações de Novoa (1996), Pimenta (1996) defende que a identidade profissional se constrói a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais e (da revisão) das tradições. Para a autora, é na leitura crítica (da profissão) diante das realidades sociais, que se buscam os referenciais para modificar a identidade. Ou seja:

[...] pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e outros agrupamentos (PIMENTA, 1996, p. 76).

Pimenta (1996) destaca a natureza multifacetada da identidade docente, enfatizando que o significado atribuído à atividade de ensinar é construído a partir das experiências individuais de cada professor, das suas trajetórias de vida, dos seus valores e das suas representações, bem como das interações que estabelece no contexto educacional.

Ao refletirmos, junto com Pimenta (1996), acerca da formação da identidade do professor de matemática, podemos perceber que esse processo é profundamente influenciado pela maneira como o docente posiciona-se em relação ao conhecimento matemático, à sua prática pedagógica e à realidade de seus alunos. A matemática, sendo uma disciplina muitas vezes vista como abstrata e distante, impõe ao professor o desafio de transformar tal percepção, tornando-a acessível e significativa. Contudo, esse desafio está longe de ser unidimensional.

Como destaca Pimenta (1996), a identidade do professor de matemática, bem como a identidade de todo profissional, também se constrói através da rede de relações que ele estabelece com outros profissionais, como colegas de trabalho, membros de sindicatos, além de outros grupos de apoio dentro e fora do local de trabalho. Essas relações oferecem suporte, troca de experiências e um fluxo contínuo de saberes que são fundamentais ao processo de formação e de afirmação de sua identidade profissional. O profissional, ao interagir com esses outros atores, constantemente reflete sobre suas próprias práticas e ajusta suas abordagens pedagógicas de acordo com os desafios encontrados no dia a dia da escola, nas políticas educacionais e nas exigências do currículo.

Ademais, os valores pessoais, as angústias e os anseios de cada profissional também têm um papel fundamental na construção de sua identidade. O sentido que ele atribui ao *ser professor de matemática* – seja como uma vocação, como uma profissão ou como um meio para transformar a realidade social – influencia diretamente a forma como ele lida com as dificuldades e os desafios do cotidiano. Tais fatores, aliados à constante atualização dos saberes inerentes ao seu ofício, tornam a identidade do profissional um processo dinâmico e/ou em constante transformação.

Portanto, como Pimenta (1996) sugere, a identidade do professor de matemática, e de qualquer profissional, não é uma construção isolada, mas sim uma construção coletiva, influenciada pela troca de experiências e pela constante reflexão sobre a própria prática. A atividade laboral é, assim, um espaço de construção e reconstrução de sentidos, onde o profissional se reinventa a cada desafio e interação, a partir de seu modo de ver o mundo, a partir de seus saberes e de suas vivências.

Como foi citado acima, e em consonância com Guimarães (2004), a identidade profissional do professor tem sido referida predominantemente à maneira como a profissão docente é representada, construída e mantida socialmente, ou seja, a identidade profissional que os professores constroem, individual e coletivamente, está intimamente ligada à forma como a profissão é representada.

Guimarães (2004) complementa a compreensão da identidade profissional docente ao destacar que a referida identidade é, em grande parte, resultado das representações sociais construídas e mantidas sobre a profissão.

Tal perspectiva indica que a maneira como a sociedade enxerga o professor, a sua profissão e o seu papel no contexto escolar influencia diretamente o processo de formação e de afirmação da identidade do docente. Por exemplo: o professor de matemática, a representação social da disciplina e da função do educador matemático podem envolver estereótipos que associam a matemática a um saber complexo e distante da realidade dos alunos, o que tende a impactar tanto na percepção do próprio professor sobre seu papel quanto nas expectativas sociais em relação ao seu trabalho.

Além disso, conforme Guimarães (2004), a identidade profissional do professor é moldada tanto de maneira individual quanto coletiva, o que significa que o docente não apenas constrói sua identidade com base em suas experiências e escolhas pessoais, mas também através da interação com outros profissionais da área. No contexto do professor de matemática, essa construção coletiva reflete-se nas trocas de saberes e de informações acerca das práticas pedagógicas com colegas de profissão, nas discussões sobre metodologias de ensino e na construção de um repertório comum sobre como lidar com as particularidades da disciplina e as necessidades dos alunos. Dessa forma, a identidade do professor de matemática é um reflexo não só das representações sociais mais amplas sobre a profissão, mas também das dinâmicas de colaboração e de troca que ocorrem no interior da comunidade escolar e acadêmica.

Pesquisadores como Garcia, Hippolyto e Vieira (2005), ao discutirem sobre o assunto, apontam que as identidades docentes não se reduzem ao que os discursos oficiais dizem que elas são. Além disso, afirmam que os professores são mais do que meros formadores de cidadãos, como querem as políticas curriculares oficiais, pois negociam suas identidades em meio a um conjunto de variáveis, como as histórias familiar e pessoal, as condições de trabalho e ocupacionais, e os discursos (que, de algum modo, falam do que são e de suas funções).

Mais especificamente, Garcia, Hippolyto e Vieira (2005) afirmam que a identidade profissional dos docentes é entendida como uma construção social marcada por múltiplos fatores, que interagem entre si, resultando numa série de representações que os docentes fazem de si mesmos e de suas funções, estabelecendo, consciente e inconscientemente, negociações das quais

certamente fazem parte suas histórias de vida, suas condições concretas de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão (marcado pela gênese e pelo desenvolvimento histórico da função docente) e os discursos que circulam no mundo social e cultural sobre os docentes e a escola.

Em relação ao processo específico de construção da identidade profissional docente, Caldeira (2000) aponta que:

Como sujeito sociocultural, o/a professor/a constrói sua identidade profissional a partir de inúmeras referências. De um lado, estão a significação social da profissão e as relações com as instituições escolares, com outros docentes, com as associações de classe, etc. De outro lado, está o significado que cada professor/a confere ao seu trabalho docente, o que inclui desde sua história familiar, sua trajetória escolar e profissional, até seus valores, interesses e sentimentos, suas representações e saberes, enfim, o sentido que tem em sua vida o ser professor (CALDEIRA, 2000, p. 2).

A construção da identidade profissional do professor é um tema de grande relevância no campo da educação, refletindo a complexidade e a multiplicidade de fatores que influenciam essa trajetória. A identidade docente não é um atributo fixo, mas sim um processo dinâmico e em constante evolução, que se forma a partir de interações sociais, experiências pessoais e contextos históricos.

A identidade do professor é profundamente moldada pela significação social da profissão. Isso inclui as percepções que a sociedade tem sobre o papel do educador, as expectativas que são depositadas sobre ele e as relações que ele estabelece com instituições escolares e associações de classe. A maneira como a profissão é valorizada socialmente impacta diretamente na forma como os profissionais veem-se e posicionam-se em suas práticas educativas.

Além das influências sociais, o significado que cada professor atribui ao seu trabalho é igualmente crucial. Esse significado é construído a partir de uma combinação de fatores, incluindo sua história familiar, sua trajetória escolar e seus valores pessoais. Cada profissional traz consigo uma bagagem única de experiências que molda sua visão sobre o ensino e sua prática pedagógica. Assim, o *ser* entrelaça-se com a vida pessoal, refletindo um conjunto de interesses, sentimentos e saberes que são fundamentais para sua atuação.

A identidade profissional deve ser, portanto, entendida como um processo contínuo. Tal processo envolve uma série de revisões e de adaptações às práticas educativas, bem como um confronto entre teorias educacionais e realidades práticas. Os docentes, frequentemente, veem-se diante de desafios que exigem conhecimento técnico e reflexão crítica sobre suas crenças e seus valores.

A referida dinâmica permite que os profissionais desenvolvam uma compreensão mais profunda de si mesmos enquanto profissionais, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade.

As relações interpessoais, os colegas, os vizinhos e a comunidade desempenham um papel fundamental na construção da identidade. Essas interações são espaços onde os indivíduos podem compartilhar experiências, refletir sobre suas práticas e construir saberes coletivos. A identidade profissional configura-se, assim, em um contexto relacional, onde o diálogo e a troca são essenciais ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Em síntese, a identidade profissional é um constructo complexo que emerge da intersecção entre significações sociais, experiências pessoais e relações interpessoais. Compreender essa construção identitária é essencial para promover práticas significativas e adaptadas às necessidades dos atores envolvidos. O reconhecimento da identidade como um processo dinâmico abre espaço a reflexões críticas sobre o papel do professor na sociedade contemporânea e os desafios que enfrenta em sua prática diária.

Acerca das referências que o professor utiliza para construir a sua identidade profissional, podemos também afirmar, de acordo com Nóvoa (1992, p. 25), que “[...] o professor é a pessoa e uma parte importante da pessoa é o professor”.

Nóvoa (1992) refere-se especificamente ao professor, porém sua ideia serve para todos os profissionais quando sugere que a identidade profissional do professor não pode ser dissociada de sua identidade pessoal. O professor, ao longo de sua carreira, não apenas desempenha um papel social, mas carrega consigo um conjunto de vivências, de valores, de crenças e de experiências que formam sua constituição enquanto pessoa. A citação em destaque indica que a profissão não é apenas uma função técnica ou uma escolha de carreira, mas sim uma dimensão fundamental da identidade do indivíduo. Assim, a prática

pedagógica do professor, as suas interações com os alunos e as suas decisões em sala de aula são imbuídas das suas características pessoais, formando uma simbiose entre quem ele é enquanto ser humano e o papel que desempenha como educador.

Esse entendimento é particularmente relevante para a construção da identidade do professor de matemática, por exemplo, uma vez que o domínio dos saberes matemáticos e a capacidade de ensinar essa disciplina estão intrinsecamente ligados à maneira como o professor vê-se, às suas crenças sobre o conhecimento e sobre o ensino. O professor de matemática, ao formar sua identidade profissional, integra suas experiências de vida, sua relação com a matemática e suas práticas pedagógicas, criando uma maneira única de atuar na sala de aula. Portanto, ao refletir sobre sua identidade, o professor de matemática não apenas considera os saberes que domina, mas também as escolhas pessoais e as influências externas que o motivam e que formam sua prática, ressaltando a complexidade e a singularidade desse processo de construção identitária.

Por meio de tal afirmação, entendemos que a identidade profissional do professor está intimamente ligada à sua identidade pessoal. E a identidade profissional docente, segundo Caldeira (2000), não é algo que pode ser adquirido de forma definitiva e externa, pois se constitui num processo de construção, desconstrução e reconstrução permanente; cada lugar e cada tempo demandam redefinições na identidade desse profissional.

Trata-se, assim, de um processo de produção do sujeito historicamente situado. Ela ocorre, portanto, em um determinado contexto social e cultural em constante transformação, refletindo um processo complexo de apropriação e construção que se dá na intersecção entre a biografia do docente e a história das práticas sociais e educativas, contendo, deste modo, as marcas das mais variadas concepções pedagógicas (CALDEIRA, 2000, p. 2).

Caldeira (2000) aborda a construção da identidade do sujeito, especificamente do docente, a partir de uma perspectiva que enfatiza a historicidade e a contextualização social e cultural desse processo. A afirmação de que se trata de um “processo de produção do sujeito historicamente situado” implica que a identidade não é um atributo fixo ou imutável, mas sim uma

construção dinâmica que se desenvolve ao longo do tempo, influenciada por fatores históricos, sociais e culturais.

A expressão “em um determinado contexto social e cultural em constante transformação” destaca a importância do ambiente em que o docente está inserido. A identidade do professor é moldada não apenas por suas experiências pessoais, mas também pelas condições sociais e culturais que permeiam sua prática educativa. Isso sugere que, para compreender a identidade docente, é fundamental considerar as particularidades do contexto em que o educador atua, incluindo as políticas educacionais, as relações interpessoais dentro da escola e as expectativas da sociedade em relação à educação.

A frase “refletindo um processo complexo de apropriação e construção que se dá na intersecção entre a biografia do docente e a história das práticas sociais e educativas” enfatiza a dualidade entre a experiência individual e as influências coletivas. A biografia do docente, que inclui sua formação acadêmica, suas vivências pessoais e suas interações sociais, é constantemente reconfigurada pela história das práticas educativas. Essa intersecção revela como cada professor traz consigo um conjunto único de saberes e experiências que se entrelaçam com as tradições pedagógicas e as inovações sociais.

Por fim, a afirmação de que esse processo “contém as marcas das mais variadas concepções pedagógicas” sugere que a identidade docente é também um reflexo das diferentes abordagens pedagógicas que o professor encontra ao longo de sua trajetória. Essas concepções podem variar desde métodos tradicionais até abordagens mais contemporâneas e críticas, influenciando diretamente como o docente percebe seu papel na educação e como se relaciona com seus alunos. Tal diversidade de influências enriquece a prática educativa, permitindo uma pluralidade de perspectivas que pode beneficiar o processo de ensino e de aprendizagem.

Sumariamente, o texto enfatiza a complexidade da construção da identidade docente como um fenômeno histórico e contextualizado. A identidade do professor é resultado de um processo dinâmico que envolve tanto sua biografia pessoal quanto as práticas sociais e educativas em constante transformação. Essa compreensão permite uma reflexão mais profunda sobre o papel do educador na sociedade contemporânea, reconhecendo-o como um

transmissor de conhecimento e como um sujeito ativo na construção de sua própria identidade profissional em diálogo com o mundo ao seu redor.

As ideias apresentadas pelos autores convergem para a compreensão de que a identidade profissional é um processo dinâmico, que se constrói ao longo da vida e é influenciado por múltiplos fatores. Dubar (2005), Berger e Luckmann (1985), Pimenta (1996) e outros autores destacam que a identidade profissional não é algo dado ou fixo, mas sim uma construção contínua, que envolve tanto as escolhas individuais quanto as expectativas sociais e institucionais. Todos os autores concordam com o fato de que esse processo é marcado por uma interação constante entre o sujeito e a sociedade, refletindo a dialética entre as influências externas e as experiências pessoais.

De forma complementar, as ideias de Nóvoa (1996) e de Caldeira (2000) reforçam que a identidade do professor é um espaço de lutas e de negociações, onde os docentes não são apenas receptores de normas externas, mas também atores ativos na construção de sua identidade, com base em sua trajetória pessoal, em sua história de vida, em seus valores e em interações com outros profissionais. Pimenta (1996) também enfatiza que a identidade profissional se constrói através das significações sociais atribuídas à profissão e das relações sociais que o docente mantém, principalmente com colegas e instituições. Essa construção é um processo de constante revisão, em que o professor reflete sobre o sentido do seu trabalho dentro de um contexto social e cultural em transformação.

Embora haja um consenso entre os autores sobre a dinâmica da construção identitária, um ponto que pode gerar diferença de ênfase é a forma como as identidades docentes são moldadas pelas expectativas institucionais. Enquanto alguns autores, como Garcia, Hippolyto e Vieira (2005), enfatizam a complexidade dessa construção, considerando as múltiplas influências externas e sociais, outros, como Caldeira (2000), trazem uma perspectiva mais centrada nas experiências pessoais e nas significações individuais do professor. Mesmo assim, todos convergem para a ideia de que a identidade do professor é multifacetada e construída na interseção entre a história pessoal e as condições sociais e educacionais que ele enfrenta, destacando a importância do processo contínuo de negociação entre o sujeito e o seu contexto.

A interação entre o sujeito e a sociedade, marcada por negociações constantes, revela que a identidade do professor não é algo estático, mas sim um processo contínuo de adaptação e redefinição. Com base em tal compreensão, no próximo tópico dedicamo-nos a apresentar a metodologia de pesquisa adotada, a fim de explorarmos com profundidade como essas questões identitárias manifestam-se no contexto educacional e como influenciam a prática docente.

5.1. Crise da identidade

Para tentar entender o conceito de crise, vamos acompanhar a ideia de Redling e Meneghetti (2019) que destacam sua relação íntima com alterações e rupturas que podem provocar mudanças significativas em diversos âmbitos da vida humana. Essa análise permite uma reflexão aprofundada sobre as implicações das crises em contextos pessoais, sociais, políticos, econômicos e profissionais, incluindo o ambiente escolar.

O conceito de crise está intimamente ligado às alterações e às rupturas, que podem levar a mudanças, mesmo entendendo que nem todas as mudanças sejam sinônimo de crise. Contudo, a crise acontece normalmente quando há uma alteração que prejudica o normal desenvolvimento, alteração tida como uma forte perturbação daquilo que antes era estável, mas, que de repente, se transforma num estado de desequilíbrio e de incerteza. Num mundo em constante mudança, onde muitos referenciais vão perdendo a sua significação, a crise surge instalando-se a nível pessoal, social, político, econômico e profissional, incluindo nesse último, o contexto escolar (REDLING; MENEGHETTI, 2019, p. 485).

A definição de crise apresentada pelas autoras enfatiza que ela ocorre quando há uma *alteração que prejudica o normal desenvolvimento*, caracterizando-se como uma *forte perturbação* do estado anterior de estabilidade. Essa perspectiva sugere que a crise não é apenas um evento isolado, mas um fenômeno que emerge de um processo contínuo de transformação. A crise, portanto, pode ser vista como um ponto de inflexão que desafia a normalidade e exige uma adaptação por parte dos indivíduos e das instituições. O que é confirmado pelas falas de Dubar (2005) e de Bauman (2005) em capítulos anteriores.

As autoras ressaltam que, em um *mundo em constante mudança*, muitos referenciais perdem sua significação, o que contribui para a emergência de

crises. Essa ideia é particularmente relevante na contemporaneidade, onde as rápidas transformações sociais e tecnológicas geram incertezas e desequilíbrios. O conceito de crise torna-se, assim, um reflexo das tensões entre o que é conhecido e estável, e o que é novo e incerto. Essa dualidade é crucial para entender como as crises podem tanto desestabilizar quanto abrir espaço a novas possibilidades.

A citação também destaca que a crise se manifesta em múltiplas dimensões — pessoal, social, política, econômica e profissional. No contexto escolar, por exemplo, as crises podem surgir devido a mudanças nas políticas educacionais, na estrutura familiar dos alunos ou nas expectativas sociais em relação à educação. Tais crises não afetam apenas os docentes ou os alunos individualmente; elas reverberam por toda a comunidade escolar, exigindo respostas coletivas e adaptativas.

Além do mais, a afirmação de que a crise leva a um *estado de desequilíbrio e de incerteza* implica que as respostas a essas situações são fundamentais para determinar seu impacto final. A maneira como indivíduos e instituições lidam com as crises pode resultar em estagnação ou em oportunidades de crescimento e inovação. Logo, compreender a natureza da crise é essencial para desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento que promovam a sobrevivência e o fortalecimento das identidades individuais e coletivas.

Redling e Meneghetti (2019) oferecem uma visão abrangente sobre o conceito de crise como um fenômeno multifacetado que está profundamente enraizado nas transformações sociais contemporâneas. Ao reconhecer que as crises são momentos críticos que desafiam a estabilidade e exigem adaptações significativas, podemos entender melhor suas implicações em diversos contextos, especialmente no âmbito educacional. A referida compreensão permite uma análise mais crítica das crises atuais e o desenvolvimento de abordagens proativas para navegar pelas incertezas do futuro. Depois de entendermos o conceito de crise, podemos pensar nos fatores que desencadearam ou que levaram a tal ponto e que são vários. Vejamos alguns.

5.1.1. Indefinição social e profissional do professor

As mudanças na sociedade contemporânea têm um impacto profundo nas famílias, que, por sua vez, afetam a identidade profissional dos professores. A análise dessas transformações revela como fatores sociais, econômicos e culturais moldam tanto a estrutura familiar quanto as dinâmicas educacionais.

Redling (2018) faz um recorte de dois autores, definindo bem essa situação:

O papel do professor vem sofrendo dia a dia importantes alterações, devido, em grande parte, as mudanças do contexto social ao qual se insere profissionalmente. Em decorrência disso, na mesma proporção, modificaram-se as expectativas, o apoio e o juízo de valor sobre os professores. Isto significa que as famílias, responsáveis pela educação socializadora, de valores básicos e de regras a seus filhos, estão deixando cada vez mais de cumprir o seu papel, transferindo essa árdua tarefa ao professor (CORREIA; MATOS, 2001, apud REDLING, 2018, p. 94).

A afirmação de que a situação dos professores está intimamente ligada à evolução da sociedade destaca a dinâmica interdependente entre educação e contexto social. Historicamente, o papel do professor tem sido moldado por fatores sociais, econômicos e culturais. À medida que a sociedade avança, novas demandas emergem, exigindo que os educadores se adaptem a essas realidades. Por exemplo, no cenário contemporâneo, a crescente digitalização e a cultura da informação transformaram o ambiente educacional, exigindo que os professores não apenas transmitam conhecimento, mas também atuem como facilitadores do aprendizado.

Redling (2018) também menciona uma mudança nas expectativas em relação aos professores por parte das famílias. Tradicionalmente, os pais desempenhavam um papel ativo na educação de seus filhos, transmitindo valores e normas sociais. No entanto, com as mudanças sociais e o aumento da complexidade da vida moderna, essa responsabilidade tem sido progressivamente transferida aos educadores. A transferência de responsabilidades pode criar uma carga adicional sobre os professores, que agora são vistos como os principais responsáveis pela formação integral dos alunos e, muitas vezes, acabam assumindo o papel de psicólogos, conselheiros, amigos, pais... e as aulas de graduação não os preparam para tais situações.

Além disso, Redling (2018) sugere que essa nova configuração traz desafios significativos aos educadores. A necessidade de atender a expectativas mais amplas — que vão além do ensino acadêmico para incluir aspectos emocionais e sociais — requer uma reconfiguração do papel docente. Os professores devem agora desenvolver habilidades que lhes permitam lidar com a diversidade de necessidades dos alunos e com as dinâmicas familiares em mudança.

Tal realidade implica uma reflexão crítica sobre a formação docente e a necessidade de um suporte institucional mais robusto para capacitar os educadores a desempenharem suas funções de maneira eficaz.

É um fenômeno complexo onde as transformações sociais impactam diretamente no papel do professor. A evolução das expectativas familiares e as exigências contemporâneas demandam uma adaptação constante dos educadores, que precisam estar preparados para enfrentar novos desafios em sua prática pedagógica. Tal situação exige uma reflexão sobre as práticas educativas atuais e um compromisso coletivo para fortalecer o papel dos professores na formação de indivíduos críticos e adaptáveis às mudanças da sociedade.

Casarin e Ramos (2007) oferecem uma reflexão crítica sobre a interdependência entre a família e a escola no processo educativo, destacando a evolução do papel de cada uma dessas instituições ao longo do tempo. Sua análise suscita importantes considerações sobre as funções que tanto a família quanto a escola desempenham na formação de crianças e adolescentes, além de implicações para políticas educacionais e práticas pedagógicas.

Entende-se a família como sendo uma estrutura protetora, que desempenha a tarefa de orientar a criança ou adolescente, de forma a favorecer o seu crescimento e aprendizado no contexto social. Com o passar do tempo, essa ideia sofre transformações até o ponto de tornar-se uma função da escola. Por outro lado, a escola é colocada como auxiliadora da família na construção de conhecimento e formação social (CASARIN; RAMOS, 2007, p. 185).

A caracterização da família como uma estrutura protetora é fundamental para entender seu papel na socialização inicial das crianças. A família fornece um ambiente seguro e é responsável por transmitir valores, normas e comportamentos que moldam o desenvolvimento social e emocional dos

indivíduos. Com o tempo, a função da escola transforma-se, assumindo (a escola) responsabilidades que tradicionalmente eram atribuídas à família. Essa transição pode ser vista como um reflexo das mudanças sociais e culturais que exigem uma maior participação da escola na formação integral do aluno. A escola é agora vista não apenas como um espaço de transmissão de conhecimento acadêmico, mas também como um agente de socialização que complementa a educação familiar. Referida dualidade de funções pode gerar tensões, especialmente quando as expectativas sobre o desempenho escolar e a formação moral dos alunos não são alinhadas entre família e escola.

A relação entre família e escola deve ser entendida como um processo interdependente. A colaboração efetiva entre esses dois ambientes é vital para o sucesso educacional dos alunos. Pesquisas indicam que o envolvimento ativo dos pais na educação dos filhos está associado a melhores resultados acadêmicos e sociais. No entanto, a colaboração nem sempre é fácil de estabelecer. Fatores como a falta de tempo dos pais, desigualdades socioeconômicas e preconceitos culturais podem dificultar a interação.

Na prática, o que se observa é que as expectativas em relação ao papel da família na educação muitas vezes não são correspondidas. Enquanto as escolas esperam que as famílias participem ativamente do processo educativo, muitas vezes elas não estão preparadas ou não têm os recursos necessários para fazê-lo. O reconhecimento da importância da participação familiar deve ser acompanhado por iniciativas que promovam essa colaboração, incluindo formação para pais e estratégias de comunicação eficazes entre escola e família.

Vale lembrar Carvalho (1997), que já alertava para as exigências feitas aos docentes:

[...] que sejam pai, mãe e família, que ensinem e eduquem que garantam a segurança física e psicológica, que sejam agentes facilitadores de emprego. Não bastando, ainda se exige que seja um bom professor de vários ciclos de ensino. Resumindo, o professor tem de ser um modelo perfeito e eficiente na sua polivalência. É aterrador. (CARVALHO, 1997, p. 157).

A exigência de que os professores sejam *pai, mãe e/ou família* implica uma sobrecarga significativa. Tradicionalmente, a educação é vista como um processo colaborativo entre escola e família; no entanto, Carvalho (1997) sugere

uma inversão desse papel, onde o professor assume responsabilidades que historicamente pertenciam aos familiares. Essa expectativa pode ser interpretada como uma desresponsabilização da família em relação à educação dos filhos, transferindo ao docente não somente o ensino acadêmico, mas igualmente a formação moral e social dos alunos.

A caracterização do professor como um *modelo perfeito e eficiente* reflete uma idealização que não considera as limitações humanas e contextuais enfrentadas pelos educadores. Tal visão pode levar ao desgaste emocional e profissional, resultando em um ambiente de trabalho insustentável. A pressão para ser polivalente e competente em diversas áreas ignora as especificidades da formação docente e desconsidera as condições reais nas quais os professores atuam, muitas vezes sem os recursos adequados.

Carvalho (1997) também levanta questões pertinentes sobre a formação dos professores. Para que possam atender a essas demandas multifacetadas, é imperativo que haja uma reforma significativa na formação docente. Os cursos de pedagogia devem ser repensados para incluir uma formação mais abrangente e integrada, que prepare os educadores para lidar com a diversidade de papéis exigidos. A falta de preparo adequado pode resultar em um ciclo vicioso de insatisfação e de ineficácia na prática educativa.

Carvalho (1997) destaca um paradoxo na educação contemporânea: enquanto se espera que os professores desempenhem múltiplas funções com excelência, as condições estruturais e formativas muitas vezes não apoiam essa expectativa. É fundamental promover um diálogo sobre a reestruturação do papel do professor na sociedade atual, garantindo que suas necessidades formativas e profissionais sejam atendidas para que possam exercer sua função com qualidade e dignidade. A construção de um ambiente educacional mais sustentável requer uma colaboração efetiva entre escola, família e sociedade, reconhecendo que a educação é uma responsabilidade compartilhada.

Isso nos leva a pensar em outro ponto de crise da identidade acerca do qual agora discorreremos.

5.1.2. Inadequação da política educacional

Redling (2018) apresenta um conjunto de questões relevantes sobre o papel do professor na contemporaneidade, enfatizando as exigências que

recaem sobre esses profissionais e as implicações dessas demandas para a prática docente.

Considerando especialmente os professores, Silva (2012) relata que além da falta de valorização profissional, os professores sofrem com a perspectiva de serem considerados, muitas vezes, apenas como meros executores de orientações derivadas de instâncias superiores. Tal fato tende a evidenciar que a política educacional não quer perder tempo com questões relacionadas ao bem-estar e com o desenvolvimento profissional docente, para lidarem, diariamente, com situações como, por exemplo, a desresponsabilização familiar (REDLING, 2018, p. 102).

A afirmação de que os professores são vistos como meros executores indica uma desresponsabilização das instâncias familiares e educacionais em relação ao processo educativo. Essa desvalorização do professor não é apenas uma questão de reconhecimento profissional; ela se insere em um contexto mais amplo onde a identidade docente é constantemente questionada. O professor, que deveria ser um agente ativo na formação dos alunos, é reduzido a um papel secundário, o que gera um sentimento de impotência e frustração. Tal situação é emblemática da crise de identidade que muitos educadores enfrentam, pois suas funções e contribuições são minimizadas em favor de uma abordagem mecanicista da educação.

A política educacional, conforme mencionado por Silva (2012) apud Redling (2018), parece priorizar a eficiência em detrimento do bem-estar e do desenvolvimento profissional dos docentes, abordagem que reflete uma visão utilitarista da educação, onde o foco está na execução de tarefas padronizadas, desconsiderando as complexidades da prática pedagógica. A pressão para que os professores se adaptem a essas orientações, sem espaço para reflexão crítica ou autonomia, contribui para um estado de alienação profissional. Assim, a identidade docente se torna fragmentada e instável, levando os educadores a questionarem sua própria eficácia e seu valor no processo educativo.

A crise de identidade do professor também está intimamente ligada à formação docente. A falta de investimento em programas que promovam o desenvolvimento contínuo dos educadores resulta em profissionais despreparados para enfrentar as demandas contemporâneas da educação. A formação inicial muitas vezes não contempla as realidades do ambiente escolar atual, onde as relações entre alunos e professores têm mudado

significativamente. Como resultado, os professores se veem perdidos diante das novas exigências sociais e pedagógicas, levando à necessidade urgente de uma reforma na formação docente que aborde essas questões.

Silva (2012) ilumina aspectos cruciais da crise de identidade enfrentada pelos professores na atualidade. A desvalorização profissional e a expectativa de que os educadores atuem como meros executores das políticas educacionais comprometem sua autoestima profissional e afetam a qualidade da educação oferecida aos alunos. Para reverter tamanha situação, é fundamental promover um diálogo aberto sobre o papel do professor na sociedade contemporânea, garantindo que suas necessidades formativas e profissionais sejam atendidas. O reconhecimento da complexidade da prática docente deve ser acompanhado por políticas que valorizem o professor como um agente ativo no processo educativo, contribuindo assim para uma educação mais significativa e transformadora.

Analiseemos mais um ponto da crise de identidade do profissional de educação, o qual trata das condições de trabalho

5.1.3. As condições de trabalho

Redling (2018) destaca a precariedade das condições de trabalho enfrentadas pelos professores, que se manifestam em aspectos como espaços físicos inadequados, falta de equipamentos e materiais didáticos, e superlotação das salas de aula. Esse cenário não apenas compromete a qualidade do ensino, mas também reflete uma crise mais profunda na identidade profissional do docente.

[...] o professor é obrigado a exercer a sua atividade profissional com condições de trabalho, organizacionais e materiais, que podem ser rotuladas claramente como deficientes ou pobres. Segundo o autor [LEMO (2009)], os aspectos mais criticados são os espaços físicos insuficientes, a inadequação ou ausência de equipamentos e materiais didáticos, inadequação do número de alunos por sala de aula, bem como, insuficiente número de profissionais de apoio (REDLING, 2018, p. 117).

As condições adversas, mencionadas por Lemos (2009) apud Redling (2018), afetam a qualidade do ensino e têm um impacto significativo na formação da identidade do professor. A identidade docente é um constructo complexo que

se desenvolve ao longo do tempo, influenciado por uma série de fatores, incluindo as experiências vividas no ambiente escolar e as expectativas sociais em relação à profissão. Quando os professores se deparam com ambientes inadequados e com falta de recursos, isso pode levar a uma crise de identidade, onde se questionam seu papel e sua eficácia como educadores.

A crise na identidade do professor pode ser entendida como uma ruptura entre a percepção que o docente tem de si mesmo e as exigências impostas pelo contexto escolar. Tal dissonância é exacerbada pela desvalorização da profissão e pela pressão para atender a múltiplas demandas, que muitas vezes não são compatíveis com as condições reais de trabalho.

A insuficiência de recursos e a falta de apoio institucional dificultam o exercício da docência e comprometem a capacidade dos professores em se reinventar e em adaptar suas práticas pedagógicas. A identidade docente, que deveria ser um reflexo da competência profissional e do compromisso para com a educação, torna-se fragilizada em um cenário onde as condições básicas para o trabalho não são atendidas. Isso resulta em um ciclo vicioso: a crise na identidade leva à desmotivação, que por sua vez perpetua as deficiências nas práticas educativas.

Investigar a crise na formação da identidade do professor requer uma análise crítica das condições de trabalho que permeiam o ambiente escolar. É fundamental reconhecer que a identidade docente é moldada não apenas pelas experiências individuais dos educadores, mas também pelo contexto social e organizacional em que atuam. Para promover uma identidade docente forte e resiliente, é imprescindível criar condições adequadas que valorizem o trabalho dos professores e incentivem seu desenvolvimento profissional contínuo.

6. CONCLUSÃO

Buscou-se aqui sintetizar a complexidade e a dinâmica do processo de constituição da identidade do indivíduo, dando ênfase à identidade do professor, que se desenvolve ao longo da vida e é moldada por diversas interações sociais e experiências pessoais. Através da análise das teorias apresentadas, ficou evidente que a identidade não é uma obra pronta e acabada, mas sim um fenômeno em constante evolução, influenciado por fatores externos e internos.

A importância da socialização foi um dos pontos centrais abordados. Desde a infância, a família e os cuidadores desempenham papéis cruciais na formação da identidade, transmitindo valores, crenças e comportamentos que moldam a percepção de si e do mundo. A interação com o ambiente social, incluindo amigos, instituições e a cultura em geral, também contribui significativamente para essa construção identitária. Assim, cada indivíduo torna-se um reflexo das múltiplas influências que recebe ao longo de sua trajetória.

A dimensão subjetiva e a dimensão objetiva da identidade foram exploradas para destacar como a autoimagem e a percepção social interagem de maneira complexa. A identidade é formada não apenas pela forma como nos vemos, mas também pela maneira como somos vistos pelos *outros*, ou talvez mais propriamente, pela maneira como percebemos que somos vistos pelos *outros*. Essa dualidade revela a necessidade de um equilíbrio entre autodefinição e reconhecimento social, fundamental para o bem-estar psicológico.

Por fim, as influências contemporâneas sobre a identidade foram discutidas à luz das rápidas mudanças sociais e culturais. A modernidade tardia traz desafios únicos, como a multiplicação de opções identitárias e a constante revisão de escolhas pessoais. Esses fatores podem gerar insegurança e fragmentação na construção identitária, exigindo uma adaptação contínua por parte do indivíduo.

O presente trabalho reafirma que a identidade é um processo dinâmico, construído através de interações sociais complexas e influências contextuais. Compreender tal dinâmica é essencial não apenas para o campo das ciências sociais, mas também para promover uma melhor saúde mental e emocional no indivíduo contemporâneo. O reconhecimento da fluidez da identidade nos convida a refletir sobre nossa própria trajetória e as múltiplas camadas que compõem quem somos.

Pra finalizar, mesmo com o processo biológico de substituição dos mais diversos tipos de células do corpo, que nos causam transformações físicas e psicológicas. Ainda que atravessemos mares de crises identitárias, mantemos nossa essência sustentada pelas memórias e pelas experiências que compõem a narrativa pessoal de cada um, assim como o Navio de Teseu.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, I. G.; REIS, F. F. D. S. E. **O papel da família na constituição da identidade na infância**: a perspectiva veiculada em livros e periódicos de psicologia e a visão sócio-cultural dos vygotskyanos. Goiânia: [s.n.], 2010. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.5.__2_.pdf>. Acesso em: 14 out 2024.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRENER, W. **Omelete**, 2021. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/marvel-cinema/wandavision-paradoxo-navio-de-tese-entenda>>. Acesso em: 14 out 2024.
- CALDEIRA, A. M. S. **A história de vida como instrumento para compreensão do processo de construção da identidade docente**. Rio de Janeiro: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE) 10, 2000.
- CAMARGO, A.; TONIN, J. Crise de identidade na pós modernidade: reflexões sobre o processo de construção e desconstrução do sujeito. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Porto Alegre, 20-22 jun 2019.
- CARVALHO, A. M. R. Professores em baixa: desmotivação ou profissionalismo? **Revista O Professor**, Santo André, 57, 1997.
- CARVALHO, M. A Construção das Identidades no Espaço Escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, 20, jan-jun 2012. p. 209-227.
- CASARIN, N. E. F.; RAMOS, M. B. J. Família e aprendizagem escolar. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, 24, 2007. p. 182-201.
- CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a estória da Severina**: um ensaio de psicologia social. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CORREIA, J. A.; MATOS, M. Solidões e Solidariedades nos Quotidianos dos Professores. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, 14, n. 2, 2001.
- DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GARCIA, M. M. A.; HIPPOLYTO, A. M.; VIEIRA, J. D. S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, jan-abr 2005. p. 45-56.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GUIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIMARÃES, V. S. **Formação de professores: saberes, identidades e profissão**. São Paulo: Papirus, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEMOS, J. C. G. **Do encanto ao desencanto, da permanência ao abandono: o trabalho docente e a construção da identidade profissional**. São Paulo: (315 fls - Tese Doutorado em Educação), 2009.

LEVY, L. F.; GONÇALVES, T. O. O professor (de matemática) e alguns ensaios sobre sua identidade. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, 06 set 2014. p. 349-368.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOGONE, J. A. **De alunas a professoras: analisando o processo da construção inicial da docência**. 2001. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo.

NÓVOA, A. **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

NÓVOA, A. **Os professores e a história da sua vida: vidas de professores**. Porto - PT: Porto Editora, 1996.

NUER-WIKLER, G. Formação da identidade em tempos de mudanças velozes e multiplicidade normativa. **Educação**, Porto Alegre, jan-abr 2011. p. 56-64.

PEREIRA, H. R. A crise de Identidade na cultura pós-moderna. **Mental**, Barbacena, jun 2004. p. 87-98.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, jul-dez 1996. p. 72-89.

REDLING, J. P. **As configurações contemporâneas da educação: um estudo acerca de influências na identidade profissional do professor de matemática da educação básica**. Bauru: (Monografia, 250 fls.), 2018.

REDLING, J. P.; MENEGHETTI, R. C. G. Crise de identidade profissional docente: um estudo com professores de matemática da educação básica. **Trilhas Pedagógicas**, Pirassununga, ago 2019. p. 480-492.

SANTOS, B. H. D. O. Um sonho de pertencimento: o fenômeno comunitário à luz do pensamento de Zygmunt Bauman. **Revista Habitus**, rio de janeiro, 12, 2014. p. 113-121.

SILVA, D. N. D. **A desmotivação do professor em sala de aula, nas escolas públicas do município de São José dos Campos**. Curitiba: (52 fls. - Monografia), 2012.

VIANNA, C. P. **Os nós do "nós": crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo**. São Paulo: Xamã, 1999.

